

## NOVAS CONFIGURAÇÕES GEOPOLÍTICAS NO PÓS-GUERRA FRIA E OS MUROS NO MUNDO CONTEMPORANEO

Giuliana Dias Vieira<sup>1</sup>  
Mara Abelha de Sá<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho se utiliza da análise do fenômeno de construção de muros na contemporaneidade, para investigar regiões de fronteira da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, com foco nos movimentos geopolíticos da área, tendo como objetivo a identificação de uma possível reincidência de conflitos semelhantes aos da Guerra Fria. Busca-se entender as interferências geopolíticas envolvidas na formação de muros especificamente na Letônia, Estônia, Ucrânia e Crimeia. Dessa forma, utilizou-se como referencial teórico autores que tratam da temática dos muros como é o caso de Elisabeth Vallet, Eric Hobsbawm e Wendy Brown para uma melhor compreensão do fenômeno e da geopolítica envolvidas, assim como se fez uso dos conceitos de Anthony Giddens e Danilo Zolo acerca da globalização e do respeito às diversidades culturais enquanto estudo. Partiu-se da hipótese de uma repetição de conflitos semelhantes aos da guerra fria, observando-se, porém, que a tensão entre ambos os Estados tem, como uma de suas principais causas, a divergência entre interesses relacionados à sua política externa e interna. De um lado, a Rússia busca retomar seu status de importância no cenário internacional, utilizando-se de alianças de extrema importância. De outro, a economia estadunidense perde cada vez mais espaço na geopolítica mundial, em razão do maior aliado russo: a China. Conclui-se, portanto, que existe perigo iminente de agravamento e deterioração dessa relação, com possível interferência do poderio militar dos Estados envolvidos.

**Palavras-chave:** Rússia, Muros, Guerra Fria.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo a identificação de movimentos geopolíticos em regiões de fronteira da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a partir da análise da construção de muros nas fronteiras da Ucrânia, Crimeia, Estônia e Letônia. Procura-se analisar a possível reincidência de conflitos semelhantes aos da guerra fria, sem deixar de lado as alterações e inovações no sistema internacional desencadeadas pela globalização.

O mundo contemporâneo continua a ecoar problemas históricos, ressaltando os limites da política em articular soluções viáveis para os impasses apresentados pela diferença, pela desigualdade e pelo progresso científico e tecnológico. Tal constatação é evidenciada pela

---

<sup>1</sup>Doutora pela Universidade de Paris I – Panthéon-Sorbonne e Professora do Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, [giulianadiasvieira@gmail.com](mailto:giulianadiasvieira@gmail.com);

<sup>2</sup>Graduanda no Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB e bolsista da modalidade PIBIC, [mara\\_abelha@hotmail.com](mailto:mara_abelha@hotmail.com);

crescente e contínua construção de muros em diversas regiões fronteiriças, bem como de muros internos, dentro dos limites territoriais estatais. Mais de 70 muros podem ser observados na atualidade, em todos os continentes, alguns sendo fortalecidos, aumentados ou duplicados.

A proliferação dos muros é surpreendente, principalmente dentro do contexto da queda do muro de Berlim (1989), que, na ocasião, acenou para o mundo o fim das barreiras ideológicas, o fim da guerra fria e o início de uma era global mais unificada. Ao contrário das expectativas, observa-se o acirramento das disputas, o fracasso da política em propor soluções e a naturalidade com que Estados e sociedades encaram a construção de muros para solucionar ou diminuir zonas de conflito. Alguns muros estão em constante evidência na mídia, como por exemplo o muro dos Estados Unidos com o México, que conta com compromisso do atual Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de aumentá-lo em comprimento e altura. Da mesma forma, o muro recentemente duplicado, construído na fronteira da Hungria para limitar o fluxo migratório para a Europa. Outros muros são menos conhecidos, mas existem e dividem religiões, etnias e países: a Índia, por exemplo, possui 3 muros nas fronteiras com Bangladesh, Nepal e Paquistão. A Irlanda possui vários muros intra-estatais para separar católicos e protestantes e suas ligações de poder com a Inglaterra. No Brasil, um muro foi construído no principal acesso do Aeroporto Antônio Carlos Jobim para a zona sul, sob o argumento de proporcionar um isolamento sonoro. No entanto, moradores da região denunciam a intenção de ocultar a Favela da Maré e suas mazelas dos olhos dos turistas que chegam à cidade maravilhosa. As implicações de tais constatações são diversas, mas estão todas ligadas às limitações de nossas capacidades políticas em solucionar conflitos.

Usando as palavras de Anthony Giddens, sociólogo inglês, globalização é “a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice-versa” (apud ZOLO: p. 16, 2010). A partir deste conceito, analisa-se dois exemplos claros de animosidade entre diferentes Estados da ex- URSS, independentemente de posição geográfica, a aproximação dos países bálticos da OTAN e a ajuda financeira dos Estados Unidos à Ucrânia, todos assuntos que serão tratados mais adiante.

A globalização, nesse âmbito, pode ser considerada uma faca de dois gumes: da mesma forma que propaga a união de diferentes países, também pode estimular certa rivalidade. Giddens (1990), ao colocar a globalização como parte da modernidade, acrescenta a economia capitalista como uma de suas características específicas, que por sua vez incentiva a competitividade de mercado. Isso se reflete não apenas na relação entre os países, como

evidenciado pela guerra comercial dos EUA e China iniciada em 2018, mas também nas configurações geopolíticas globais, influenciadas pela formação de tratados e blocos econômicos.

Ulrich Beck, sociólogo alemão, vai além ao dizer que a internacionalização perde lugar para a transnacionalização, onde a dimensão global prevalece sobre a territorialização nacional e “espaços fechados” não são mais encontrados na sociedade mundial (apud ZOLO, 2010). Esse conceito serve não apenas para tentar explicar a relação entre os Estados, mas também a construção de muros em regiões de fronteira: com a desvalorização do localismo territorial, os países procuram soluções alternativas para reforçar o seu exercício da soberania. Eric Hobsbawm se aproxima dessa abordagem ao defender a existência de um fenômeno que apelidou de “crise do Estado nacional territorial”. O historiador inglês se diferencia de Beck ao apontar a erosão da lealdade dos cidadãos como uma das principais características para o enfraquecimento do controle estatal, aliada a perda do monopólio do uso da força armada (HOBBSAWN, 2007).

Wendy Brown (2010) partilha do mesmo entendimento ao conectar o fenômeno de construção dos muros com o enfraquecimento da soberania estatal, sendo esta apenas uma medida temporária, como Haesbaert (2011) concorda ao propor o “efeito-barragem”, em uma comparação com as barragens que são responsáveis apenas por conter o fluxo, sendo forçadas a abrir as comportas quando necessário. Elisabeth Vallet (2014), por outro lado, coloca o muro não apenas como uma medida de segurança, mas também para manutenção do senso de identidade de determinada região.

Alguns estudos recentes vem sendo realizados sobre o tema, desde o registro fotográfico dos muros até análises do discurso sobre os muros, com perspectivas teóricas diversas. No campo das relações internacionais, esta questão ganha relevo por apresentar ligação direta com um repertório de análises políticas contemporâneas que são desenvolvidas para melhor refletir a realidade internacional - o Estado-Nação, a soberania, as fronteiras, a segurança, a cidadania. A maioria destes estudos aponta a globalização como geradora de insegurança social, o que demanda posturas estatais mais firmes para conter imigrantes, terroristas e contrabandistas, o tráfico de armas e de entorpecentes, principalmente nas regiões fronteiriças. Assim é que HABERMAS (2016), realiza, como de costume, um diagnóstico crítico do tempo presente: “a autoridade normativa dos Estados Unidos está em ruínas”. Habermas contextualiza sua análise a partir dos ataques do Onze de Setembro nos EUA, para expor o forte abalo das estruturas normativas da política internacional desde então. Para CASTELLS (2017), o terrorismo global

originou uma política do medo e o colapso de uma ordem política, que acabou gerando uma crise política sem precedentes, afetando diretamente democracias e, em consequência, várias “cidadanias” ao redor do globo, estabelecidas a duras penas em longo processo histórico, político e cultural. Por outro lado, SANTOS (2016), em seu último livro intitulado “A difícil democracia: reinventar as esquerdas, tratou de analisar a necessidade de aprender com a diversidade, com a diferença e com os desafios do presente, excluindo o vício colonialista de análises euro centradas.

MOISI (2009), por outro lado, analisa como o “medo do outro” tem dominado a transformação das identidades nacionais na Europa e nos Estados Unidos, enquanto que para muçulmanos e árabes, o sofrimento histórico, a exclusão do boom econômico da globalização e as guerras civil e religiosa criaram uma cultura do ódio. Neste caso, o autor analisa a questão a partir da relação existente entre globalização, identidade e emoções. A Professora Anne-Laure Amilhat Szary, também analisa a questão através de uma ótica surpreendente entre demarcação de fronteiras em um mundo globalizado e desmaterializado: *“Por trás de um discurso globalizado e globalizante sobre a abertura generalizada de fronteiras internacionais, talvez até de seu desaparecimento esperado desde os anos 1990, estas (as fronteiras) adquirem no entanto um aumento do interesse tanto político quanto científico”* (SZARY, 2012).<sup>3</sup> Todas essas abordagens levam em consideração novos olhares do mundo contemporâneo e tentam identificar como ultrapassar a crise política na qual estamos globalmente inseridos.

Por outro lado, o estudo das relações entre os países deve considerar não apenas as diferenças geopolíticas, mas também sua estrutura interna, visto que ela é a base para a tomada de decisões de um Estado. Um exemplo claro disso está no projeto internacional de Boaventura de Sousa Santos, denominado “Alice – Espelhos Estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do mundo”, onde utilizando a Europa colonialista como modelo, Santos defende o reconhecimento das diferenças e da diversidade mundial como uma das bases para o aprendizado e, conseqüentemente, o desenvolvimento (SANTOS, 2016).

No que concerne a metodologia, a presente pesquisa realizada é de abordagem indutiva, pois parte do princípio da existência dos muros para investigar suas possíveis causas. Ademais, possui perfil bibliográfico e qualitativo, buscando analisar os movimentos geopolíticos da

---

<sup>3</sup> Tradução das autoras, do original: “Derrière un discours globalisé et globalisant sur l’ouverture généralisée des frontières internationales, voire de leur disparition prédite au début des années 1990, celles-ci connaissent pourtant un regain d’intérêt à la fois politique et scientifique”, in SZARY, Anne-Laure Amilhat. Murs et barrières de sécurité : pourquoi démarquer les frontières dans un monde dématérialisé ?. C. Ghorra Gobi. Dictionnaire des mondialisations (2ème édition augmentée ), Armand Colin, pp.447-451, 2012.

região para tentar identificar e compreender o significado simbólico de suas construções. Parte-se da hipótese da existência de uma repetição de conflitos semelhantes aos da guerra fria, em uma tentativa de contextualizar e explicar as disputas econômicas e o fenômeno de construção dos muros.

A estrutura deste artigo parte da análise inicial do histórico da Rússia até os dias atuais, buscando compreender sua ascensão e sua relação com os países Bálticos (Cap. 1). O segundo capítulo passa a analisar a aproximação dos países Bálticos à OTAN e a crise da Ucrânia, considerando a construção de muros na região (Cap. 2). No terceiro capítulo, observou-se a participação dos Estados Unidos da América na referida crise, tendo sido trazido ao contexto da análise, o Muro da Jordânia com o Iraque e o Muro de Berlim, como parte do conflito ideológico que dominou a época (Cap. 3). Por último, o capítulo quarto está centrado na análise das consequências globais do referido atrito entre as potências (Cap. 4). Portanto, esse artigo se utiliza da análise da política interna e externa dos Estados Unidos da América e ex-integrantes da União Soviética, buscando relacioná-los não apenas entre si e com os demais Estados, mas também à construção de muros com aspectos geopolíticos. Através do respeito à diversidade histórica e cultural dos países em questão, procura-se estudar o sistema internacional atual.

## **RÚSSIA: UMA VIAGEM AO LONGO DO TEMPO**

A partir do século XVIII, pode-se observar um crescimento inesperado da Rússia czarista, sob a liderança de Pedro, O Grande. Apesar de sua economia atrasada em relação aos países vizinhos – em especial aos europeus –, sua posição geográfica lhe concedia certa “invulnerabilidade”, como apontado por Paul Kennedy em “Ascensão e Queda das Grandes Potências” (1987). Com sua atenção voltada para a militarização e modernização do país, como exemplificado pelo grande exército – que era alimentado por uma boa parte das finanças estatais – e pela industrialização gradativa, sua política de expansão foi extremamente bem sucedida, lhe rendendo possessões nos atuais estados Bálticos e em outros países. Tais conquistas impulsionaram a ascensão russa, disponibilizando recursos que lhes auxiliaria a, eventualmente, melhorar sua posição como grande potência.

Por conseguinte, a pergunta chave a ser feita é: qual a ligação da Rússia czarista com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, estando em ambas em períodos e, conseqüentemente, contextos diferentes? Sua resposta está na importância das conquistas

territoriais russas do século XVIII, em especial a dos países Bálticos, dado seu acesso ao mar e sua proximidade com a Europa. Entretanto, com a Primeira Guerra Mundial, a Rússia se vê fragilizada externa e internamente, ao ponto da dissatisfação popular culminar em uma Revolução. Em uma medida drástica de retirada do conflito, o país é obrigado a abrir mão de suas possessões através do Tratado de Brest-Litovski, assinado em 3 de março de 1918.

A Revolução Russa, além de representar uma mudança política, também representou uma ideológica: a propagação do comunismo, simbolizado pela estrela vermelha dos soldados soviéticos. Lenin, seu novo chefe de Estado, deu ênfase à distinção entre o socialismo russo e o social-chauvinismo, tido como um “patriotismo agressivo”.

A URSS tem sua formação nesse cenário de inspiração ideológica, onde uns apontam não apenas a necessidade da conquista de novas nações para a propagação do socialismo, mas também a tentativa russa de expandir seu Império e retomar os territórios anteriormente perdidos (TANNER, 2016). Formada por Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Transcaucásia, seu planejamento econômico foi essencial para seu sucesso inicial (HANSON, 2014).

Tal linha de pensamento, até certo ponto, foi bem sucedida. A Segunda Guerra Mundial trouxe consigo a expansão da União Soviética, que após assinar o tratado Molotov-Ribbentrop de não-agressão com a Alemanha, deixou de lado um possível conflito com o país para voltar sua atenção aos territórios que realmente lhes importavam: a região dos Países Bálticos. Em 1940 tem início a ocupação soviética dos Estados, acrescentando Letônia, Estônia e Lituânia à União. Portanto, além do crescimento da URSS em si e da propagação da ideologia socialista, a Rússia finalmente recupera os territórios perdidos na guerra anterior.

A tentativa russa de retorno a uma posição de destaque no sistema internacional e de disseminação do comunismo acaba por despertar o antagonismo de outras potências, tendo como destaque os Estados Unidos da América. Após a Segunda Guerra Mundial, a população mundial se encontrava traumatizada pelo banho de sangue, representado através do saldo de 80 milhões de mortos. Entretanto, o horror deixado pelos conflitos armados não impedia o surgimento de um outro tipo de conflito: A Guerra Fria. O expansionismo soviético não teve fim com a guerra, muito pelo contrário, Stalin permanecia firme aos planos de propagação do comunismo. Os EUA, por outro lado, como uma potência capitalista, viam no crescimento russo e em sua ideologia uma ameaça.

Observa-se, então, uma tensão crescente no sistema internacional. Ainda se recuperando da Segunda Guerra, os dois países encontram formas alternativas de se desafiarem, seja em âmbito econômico, armamentista ou até mesmo espacial. Uma das características mais

importantes dessa época é a popularmente conhecida como “corrida armamentista”, responsável por mudar a história das guerras através da criação das bombas atômicas.

A Guerra Fria representa, portanto, a oficialização da rivalidade entre EUA e URSS, marcando o nascimento de uma nova ordem mundial: um mundo bipolar. Capitalismo e socialismo são colocados à prova, em uma luta de ideologias da qual a União Soviética sai como perdedora. Como dito por Philip Hanson em seu livro “The Rise And Fall Of The Soviet Economy” (2014), a história da URSS pós-guerra é de ascensão e queda, como evidenciado através de seu desmantelamento em 1991. Porém, seria correto dizer que o ocorrido colocou um fim em definitivo à rivalidade entre os Estados Unidos da América e Rússia?

A Rússia, pós-esfacelamento da URSS, se encontrava debilitada política e economicamente. Isso era consequência, em parte, da alta integração soviética, onde cada país era responsável por uma parcela da produção que, por fim, abastecia toda a União. Além da perda de recursos e de população, era uma perda simbólica: parte da influência russa no sistema internacional se esvaía. Boris Yeltsin, presidente eleito em 1991, optou pela liberalização econômica e pela privatização de propriedades estatais como soluções, adotando uma política externa alinhada aos interesses do ocidente.

A tentativa rápida de transição ao liberalismo provou-se um fracasso, deixando grande parte da população descrente em relação ao “ocidentalismo”. É nesse cenário que surge Vladimir Putin, ex integrante do Serviço Federal de Segurança da Federação Russa (FSB), que é eleito para a presidência por 74% dos votos. Se afastando da política externa até então adotada de subserviência em relação ao ocidente, Putin tem como objetivo retomar o status do país como grande potência, utilizando de seus recursos energéticos para impulsionar a economia. Através da reestatização dos setores econômicos e militar, o país finalmente consegue retomar seu crescimento econômico.

Entretanto, Putin não desprezou a importância de parcerias internacionais durante seu governo. Pelo contrário, uma das táticas de recuperação da influência russa foi, inicialmente, o estabelecimento de relações bilaterais não apenas com países vizinhos, mas também com ocidentais. Houve uma aproximação até mesmo com os EUA, seu antigo rival, como exemplificado pelo apoio à invasão norteamericana ao Afeganistão. Por outro lado, tal cenário de animosidade não durou muito tempo: as Revoluções Coloridas ocorridas em países ex-integrantes da URSS de governo pró-Rússia foram responsáveis por diminuir sua influência, consequentemente, reacender sua rivalidade com os Estados Unidos.

Andrew Korybko, conselheiro do Institute for Strategic Studies and Predictions, aponta a importância das “guerras indiretas” ao percorrer sobre as Revoluções Coloridas. Segundo o analista político, as manifestações ocorridas foram influenciadas pelos EUA, que através do uso da manipulação de massas, difundiu mensagens contra o governo vigente.

As Revoluções Coloridas são apenas um de vários exemplos que auxiliaram no desgaste da relação entre Rússia e EUA ao longo dos anos. Uns apontam, como principal causa para essa aparente inimizade, a possibilidade da Rússia atrapalhar os planos hegemônicos estadunidenses (KORYBKO, 2015). Outros irão além e apontarão a possibilidade da própria Rússia ter planos hegemônicos, estando ela localizada no que Mackinder caracterizará como “heartland” e, portanto, possuindo vantagem geográfica (MACKINDER, 1904). Apesar do geopolítico inglês identificar sua localização como extramamente estratégica, sendo o “coração da terra”, o interesse russo em seus países vizinhos e ex-integrantes da URSS é notável, tendo como principal exemplo a Ucrânia.

## **RÚSSIA E UCRÂNIA**

A relação entre Rússia e Ucrânia data de muito tempo, devido a séculos de união entre ambos os países. Muitos citam a União Soviética como principal exemplo dessa união, deixando de lado outra parte essencial da história: a Rússia de Quieve. Composta por Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, a confederação propunha um consórcio dos povos eslavos. Vladimir, O Grande foi um de seus Imperadores, governando do ano 980 a 1015, e como ucraniano, evidencia a existência de uma igualdade política entre as três nações, ao menos durante o início de sua união.

Dando um salto até uma época mais recente, tem-se um exemplo mais comum (e conhecido): a URSS. A Ucrânia foi integrante da União durante quase todo o século XX, que por sua vez, tinha sua sede em Moscou. Não apenas a Ucrânia, mas também os Países Bálticos possuem ligações seculares com a Rússia, como anteriormente citado através das conquistas da Rússia czarista.

Entretanto, no século XXI, observa-se não só o afastamento de tais nações em relação a Rússia, mas até mesmo certo atrito. Um dos acontecimentos mais importantes é a aproximação dos Países Bálticos com o ocidente, oficializado através de sua adesão à OTAN em 29 de março de 2004. Tal medida representará, para a Rússia nacionalista de Putin, mais que uma simples



perda de influência: o país agora se encontrava geopoliticamente cercado por “rivais ideológicos”.

Acrescentando o aumento gradual da OTAN à perda de popularidade russa desencadeada pelas Revoluções Coloridas, se têm a fórmula perfeita para o desastre, que atinge seu ápice com a deposição do presidente pró-Rússia ucraniano Viktor Yanukovich em 2014. A queda do governante apresentou uma ameaça não apenas à Rússia, que perdeu grande parte de sua influência após séculos de ocupação, mas também à uma parcela da população ucraniana que classificou a situação como um golpe de Estado. Segundo uma pesquisa realizada em maio de 2012 pelo grupo RATING, 29% da população considerava russo sua língua nativa, evidenciando a bipolaridade de etnias no país. Portanto, parte dos habitantes não se sentiu representada pela mudança no governo, o que culminou em uma declaração de independência por parte da Crimeia e de um pedido de anexação à Rússia, que foi prontamente aceito pelo país.

Conseqüentemente, surge a seguinte pergunta: quais seriam as motivações para tal anexação? Segundo dados do ano de 2001 fornecidos pelo Comitê de Estatística do Estado da Ucrânia, 58% da população da Crimeia se identificava como russa, e apenas 24% como ucranianos. Além disso, analisando sob aspecto geográfico, a Crimeia se encontra cercada pelo Mar Negro, sua posse se mostrando benéfica para a Rússia quanto à instalação de bases militares navais.

Entretanto, a Ucrânia não ficou satisfeita com a ideia de abrir mão de seu território, tendo o apoio da ONU. Segundo a resolução 68/262 denominada “Territorial integrity of Ukraine”, a independência da Crimeia e qualquer anexação territorial seria inválida e, portanto, não deveria ser reconhecida por organização internacional alguma. Em resposta a essa ilegalidade, teve início o que ficou conhecido como a “crise da Ucrânia”, caracterizada por conflitos violentos entre separatistas e não-separatistas.

Seguiu-se, neste contexto, a construção de muros em fronteiras estratégicas como forma de controle e demonstração de poder. Foi o caso, por exemplo, do muro construído entre Ucrânia e Rússia coincidentemente construído após o início da crise. Outro exemplo a ser citado, nesse contexto, é a construção russa de um muro de 60km de alta tecnologia na fronteira da Crimeia com a Ucrânia, buscando separar ambas as regiões e impedir a entrada de pessoas não autorizadas. De um lado, observa-se a tentativa ucraniana de defender seu território através de seu “muramento”. De outro, tem-se exatamente o mesmo feito por parte da Rússia, buscando defender o território anexado.

A partir de então, observa-se o fenômeno de construção de muros no leste europeu. Autores como Wendy Brown e Eric Hobsbawn identificam tal fenômeno como uma demonstração de “enfraquecimento da soberania estatal”, o que pode ser usado para a análise do muro construído entre Ucrânia e Rússia.

Como Wendy Brown aponta, a construção de muros por um país acaba influenciando para que o fenômeno se repita em outro, se mostrando de certa forma contagioso. Tal comparação pode ser feita ao observar a construção de muros entre a fronteira da Rússia com a Estônia e Letônia, que teve início justamente após a crise da Ucrânia. Os países Bálticos justificam tal atitude por se sentirem “ameaçados” pela Rússia, especialmente após a ocupação à Crimeia, enquanto do outro lado, a Rússia observa o afastamento de países que uma vez estiveram sob seu domínio e certa ameaça por parte do ocidente, especialmente considerando-se que uma das bases militares da OTAN se encontra sediada na Lituânia, a apenas alguns quilômetros de si. Ademais, observa-se que os exercícios militares dos países Bálticos são, parcialmente, realizados por outros Estados membros da OTAN, nos termos do que se observa no gráfico abaixo:

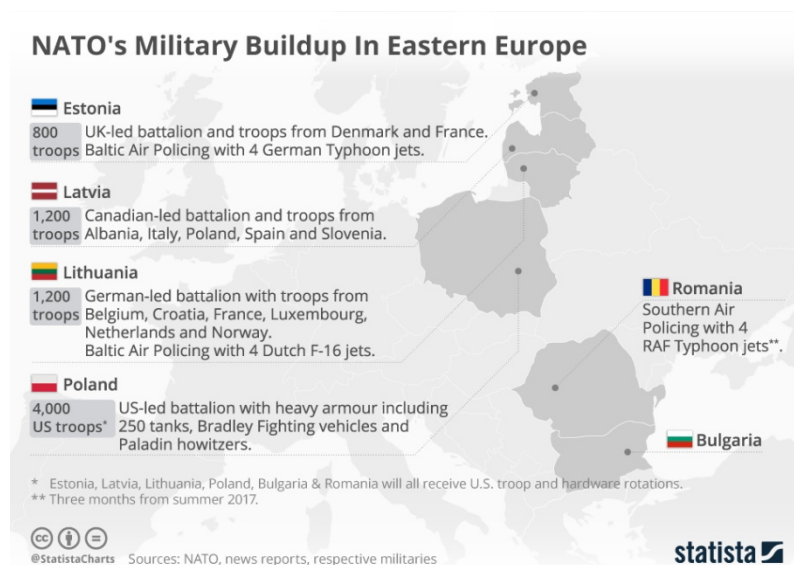


Fig. 1. A OTAN e o poderio militar dos países bálticos, (statista.com).

Além dos conflitos diretos entre os habitantes pró-Rússia e pró-Ucrânia, observa-se a propagação de conflitos indiretos pelo sistema internacional como um todo. Um exemplo claro disso é o desgaste ainda maior das relações entre EUA e Rússia, que após a crise, se manteve à base de sanções e “troca de farpas”. De um lado, tem-se o governo estadunidense anunciando ajuda milionária para a Ucrânia e sancionando entidades russas. De outro, tem-se o governo

russo acusando os EUA de suborno, onde as reais intenções norte-americanas são motivadas por uma ideologia “antirrusa”.

Por conseguinte, observa-se uma desconfiança ainda maior da Rússia em relação não apenas aos EUA, devido aos atritos anteriores, mas também ao ocidente em geral. Isso pode ser evidenciado através da recusa do país em aceitar a resolução da ONU, que ilegalizava sua anexação, e manter uma parcela de sua força militar na Crimeia em uma atitude que outros países caracterizam como “ocupação do território da Ucrânia”.

Embora todo o ocorrido tenha se passado em 2014, suas consequências podem ser observadas até os dias atuais. Por um lado, a Rússia comemora a anexação, como representado pela proclamação do “Dia da Reunificação da Crimeia com a Rússia” em 18 de março, feriado público na Crimeia. Além disso, o país recebe constantes investimentos em turismo e infraestrutura, que já somam bilhões de rublos. Por outro lado, as sanções tem se acumulado ao longo dos anos, e segundo dados disponibilizados pelo The Moscow Times, representam uma queda de 6% na economia russa. Até setembro de 2018, 44 companhias russas e crimeanas estavam sob sanções, sem deixar de lado o bloqueio ucraniano de passagem à Crimeia, impossibilitando a chegada de recursos.

Apesar dos pesares, a anexação da Crimeia é enxergada com bons olhos pela população russa, que considera seus resultados mais positivos que negativos. Da mesma maneira, Putin não demonstra arrependimento em relação à sua decisão, muito menos intenção de retirar suas tropas da região.

## **OS EUA E O INTERVENCIONISMO**

A questão da Crise da Ucrânia traz consigo, portanto, a constatação de certo intervencionismo por parte dos Estados Unidos. Além das sanções anteriormente citadas, o país já anunciou sua ajuda financeira à Ucrânia por mais um ano, como evidenciado através de um projeto do orçamento do Pentágono onde 250 milhões de dólares serão investidos em forças militares e de segurança em 2020. Observa-se então que, desde o início dos conflitos gerados pela anexação da Crimeia, a intervenção estadunidense é constante, deixando clara sua posição quanto à “integridade territorial ucraniana”.

Essa análise traz consigo uma pergunta importante: quais as consequências de tal atividade política para os países alvos? Um dos maiores exemplos do peso desse tipo de influência é a Alemanha pós-Segunda Guerra Mundial, dividida em quatro áreas de ocupação

pelos vencedores. EUA, URSS, Grã-Bretanha e França unidos não somente por sua aliança, mas também pela preocupação em relação ao país que já havia sido um dos principais atores em duas guerras (TAYLOR, 2006).

Entretanto, tal união não durou muito tempo. A Alemanha, até então dividida entre quatro zonas de controle, foi resumida à duas: Ocidental e Oriental. Do lado oeste, a República Federal da Alemanha, de regime capitalista e zona de influência dos EUA, Grã-Bretanha e França. Do lado leste, a República Democrática Alemã, de regime socialista e zona de influência da União Soviética. Tal divisão não se absteve apenas ao país, como também à sua capital, classificada por Ocidental e Oriental. O ápice dessa distinção se apresenta de maneira física através da construção do muro de Berlim, que se torna símbolo da Guerra Fria. Frederick Taylor, em seu livro “The Berlin Wall – A World Divided, 1961 – 1968” (2006), faz uma análise detalhada da capital durante esse período, além da construção do muro em si. Quanto à etapa de delimitação das fronteiras, prévia à consolidação da “cortina de ferro” em 1961, ele reporta:

“Soon Koch found himself with new orders. The ‘aggressive forces of imperialism’, he was told by an officer, had to be shown the limits of their malign power. The 21-year-old picked up a can of white paint and brush and found the exact line of the border, which followed that between the boroughs of Mitte in the East and Kreuzberg in the West.” (TAYLOR, 2006, p. 249)

Observa-se, portanto, que a fundamentação do muro de Berlim é puramente ideológica. Aproximadamente 40 quilômetros de divisão, com mais de três metros de altura e 300 torres de guarda, tudo isso somente para separar duas regiões sob influência de diferentes países. Assim como foi sua construção, sua queda também foi simbólica: a reunião das famílias e amigos alemães anteriormente separados, associada à liberdade, e a derrota do socialismo (POMERANZ, 2010). Porém, seria correto dizer que sua queda representou o fim da utilização de muros como “soluções” para conflitos geopolíticos?

Trazendo a questão à uma conjuntura mais atual, também de intervencionismo estadunidense: o financiamento à Jordânia, em apoio à luta contra o Estado Islâmico (ISIS). Novamente, nota-se a existência de uma ajuda milionária por parte dos EUA, e dentre as medidas propostas pelo país, está incluída a “segurança da fronteira”. Apesar de não especificar a forma como tal segurança deve ser realizada, o resultado se dá com a construção de um muro entre a Jordânia e o Iraque.

Esse cenário leva ao intervencionismo, ou a cooperação internacional, consequência das alianças à União Europeia e à OTAN. A preocupação quanto a segurança dos Países Bálticos

não é uma questão apenas interna, como também externa: eles representam o “flanco leste” da OTAN, suas fronteiras sendo não apenas suas, mas também dos tratados citados. Conseqüentemente, observa-se a necessidade de ajuda militar por parte de outros países, exemplificado pelos mísseis e radares de defesa aéreos disponibilizados pelos EUA e pela Europa. Atualmente, sua maior defesa aérea é uma iniciativa chamada “Policiamento Aéreo Báltico”, formulada pela OTAN e realizada por países membros que possuem um maior poderio militar.

Portanto, nota-se uma união entre os países do ocidente que agrega cada vez mais regiões, baseada tanto em motivações econômicas quanto geopolíticas. A OTAN e a União Europeia recebem destaque nesse sistema como as principais alianças, mas por quanto tempo? Como exemplificado pelos muros na fronteira dos Países Bálticos com a Rússia, a união de uns leva a segregação de outros. Da mesma forma que o ocidente possui tais alianças como destaque, o oriente também possui as suas: a Organização do Tratado de Segurança Coletiva e a Organização para Cooperação de Xangai.

## **OCIDENTE X ORIENTE?**

A Rússia, no cenário atual, pode ser considerada uma das potências do oriente, pelos motivos citados anteriormente: os recursos energéticos empregados sabiamente, e o grande poderio militar. Entretanto, em âmbito econômico, há outro país que possui um destaque ainda maior: a China. Os EUA, que por longos anos foram os donos do posto de maior economia mundial, finalmente vêem seu posto ameaçado. Isso pode ser evidenciado através dos dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) relacionados ao PIB mundial de 2017, do qual a China tinha participação de 17,9% contra 15,6% dos Estados Unidos.

Além do seu crescimento na economia, o país não fica para trás em quesito militar. Segundo dados do Instituto de Pesquisa de Paz Internacional de Estocolmo (SIPRI), a China ocupava o segundo lugar no ranking na lista mundial de gastos militares em 2016, perdendo apenas para os EUA. A Rússia, à nível de comparação, ocupava o terceiro lugar na mesma lista, como evidenciado no gráfico abaixo:

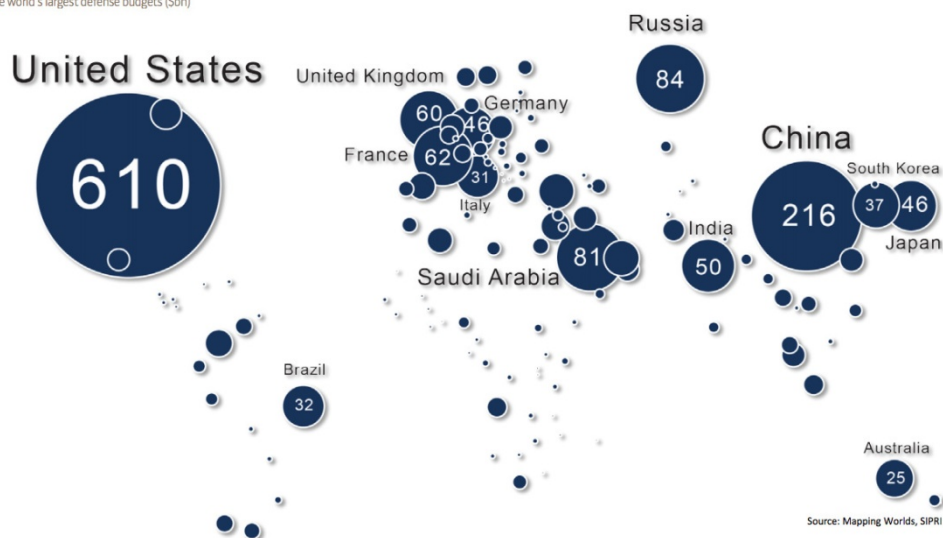


Fig. 2. Ranking mundial de gastos militares, (BofAML, Business Insider).

Então, surge a pergunta: qual a importância de tais dados para a contextualização do cenário internacional geopolítico atual? Extrema, tomando como análise a parceria entre os dois países. Desde o início do século XXI, China e Rússia fortalecem sua relação através de acordos econômicos ou militares. A Organização para Cooperação de Xangai (SCO), formada em 2001, é um dos principais exemplos dessa união, tendo outros quatro países como membros, e outros como observadores e/ou parceiros de diálogo. Alguns vão, inclusive, compará-la com a OTAN, em quesito de paridade nuclear e armamentos.

Muitos apontam que essa cooperação representa uma ameaça ao papel hegemônico atual dos EUA, defendendo o surgimento de uma ordem mundial multipolar. De fato, ambos já deixam claro seu interesse em uma ordem multipolar desde os anos 90, como evidenciado em cartas prévias de união anexadas como documentos da Assembleia Geral da ONU. Por conseguinte, é uma parceria com uma base duradoura e interesses fixos, que apenas se fortalece com o passar do tempo. Um exemplo claro dessa crescente aliança, considerada por alguns como “o pesadelo ocidental”, são os constantes exercícios militares em conjunto, que mobilizam milhares de soldados chineses e russos.

Portanto, se a China por si só já apresenta uma ameaça ao crescimento estadunidense, sua aliança com a Rússia é vista por muitos como uma tentativa de “derrotar os EUA”. Levando a questão ao âmbito da Crise da Ucrânia, o país deixou clara sua oposição às sanções estadunidenses, mantendo negociações com a Rússia e, conseqüentemente, também recebendo sanções da mesma.

Esse cenário competitivo atinge seu ápice com a guerra comercial entre os dois países, que tem seu início em 2018 e não apenas dura até os dias atuais, como também se intensifica cada vez mais. Segundo dados do jornal China Briefing, as tarifas estadunidenses à produtos chineses já alcançam a marca de aproximadamente 250 bilhões de dólares. Um dos maiores exemplos do afastamento dos EUA em relação à China é o término da parceria entre as empresas Google e Huawei, que permitia o uso do Android, sistema operacional estadunidense, nos aparelhos telefônicos da marca chinesa. Muitos chineses enxergam tais medidas não apenas como um ataque comercial, mas também à sua soberania.

Entretanto, seria correto dizer que apenas EUA, China e Rússia se encontram nesse “impasse”? Levando em consideração a quantidade de alianças dos países envolvidos, tal pensamento poderia ser até considerado um tanto utópico. À nível de esclarecimento, pode-se citar a prisão de Meng Wanzhou, diretora financeira da Huawei, realizada no Canadá, a pedido de autoridades estadunidenses. Sob acusações de fraude, Meng foi detida no aeroporto de Vancouver em dezembro de 2018, iniciando um desentendimento entre ambos os países cujas consequências podem ser enxergadas até os dias de hoje, como a prisão de dois canadenses acusados de espionagem em território chinês.

Em uma perspectiva que considera o mapa geopolítico do mundo contemporâneo, Wendy Brown (BROWN, 2015), Professora Doutora de Ciências Políticas da Universidade da Califórnia, tratou da questão dos muros do mundo de forma mais aprofundada. Ela faz a ligação entre a crise da atualidade com as novas e recentes construções dos muros ao redor do globo. Não por acaso ela afirma que os muros representam uma reação contra forças transnacionais, e não internacionais e não necessariamente estatais. A migração, o contrabando, o crime, o terror e até mesmo os propósitos políticos que as muralhas interditam raramente são patrocinados pelo Estado, como atores políticos dominantes. Como tal, eles aparecem como sinais de um mundo pós-westfaliano (BROWN, 2015). Ainda, afirma a autora que as paredes nunca desaparecem totalmente do mapa geopolítico, e os projetos de muros, em sua maior parte realizados tanto na antecipação quanto após grandes guerras, continuam sendo importantes tabuletas da história mundial. Além do mais, na modernidade, a ideia de cercar fisicamente entidades geopolíticas tornou-se excepcional, em vez de normal, reservada principalmente para postos avançados coloniais em território hostil ou para delinear limites da Guerra Fria, como os da Alemanha, Coreia e Hong Kong e Rússia. Uma outra abordagem apresentada pela Professora de geopolítica na Universidade de Montréal, Dra. Élisabeth Vallet, em seu livro *Borders, Fences and Walls - State of Insecurity?* (VALLET, 2014), leva em consideração que o advento de um sistema

internacional no qual os Estados eram relegados para um segundo plano, aliado ao desaparecimento de fronteiras claramente estabelecidas, deixou muito poucas expectativas de retorno das barreiras físicas, dos muros, principalmente após a queda do muro de Berlim. No entanto, estes muros voltaram à cena internacional, principalmente após os eventos do 9/11. Na verdade, é possível observar que *“tudo se passa como se o fechamento de uma fronteira não somente reativasse a produção cultural sobre o limite no âmbito internacional, mas a transformasse igualmente o sentido. A atividade criadora no domínio das artes visuais tem essa força: de poder a um só tempo confirmar o status de visibilidade imposto pelo fechamento das fronteiras e ao mesmo tempo propor de subvertê-las”* (SZARY, 2012).<sup>4</sup>

Por conseguinte, observa-se que certos acordos entre países, ao mesmo tempo que promovem o crescimento e o entrosamento dentro de determinado espaço, também ocasionam uma segregação entre diferentes regiões, quando analisados sob uma perspectiva macro. Tomando como exemplo a dicotomia Oriente e Ocidente defendida por alguns autores, cita-se não apenas a questão geográfica, mas também as diferenças culturais e históricas. Por outro lado, tais estudos possuem a crítica de que, reconhecendo as divergências entre tais regiões ao estudá-las, observa-se uma separação ainda maior entre ambas.

No âmbito da competitividade econômica entre Ocidente e Oriente, pode-se dizer que esta não se resume apenas à China e EUA, basta olhar os dados disponibilizados pelo FMI relativos ao PIB mundial dos últimos anos. A posição dos países asiáticos cresce relativamente, o que reflete em uma presença cada vez maior na economia mundial, como exemplificado pela projeção no gráfico abaixo, contendo três países asiáticos:

---

<sup>4</sup> Traduzido pelas autoras, do original: Tout se passe comme si la fermeture d'une frontière non seulement réactivait la production culturelle sur la limite internationale, mais en transformait également le sens. L'activité créatrice dans le domaine des arts visuels a cette force de pouvoir à la fois confirmer le statut de visibilité imposée des frontières fermées tout en proposant de les subvertir. in SZARY, Anne-Laure Amilhat. Murs et barrières de sécurité : pourquoi démarquer les frontières dans un monde dématérialisé ? C. Ghorra Gobi. Dictionnaire des mondialisations (2ème édition augmentée ), Armand Colin, pp.447-451, 2012.



## TOP 10 The World's Biggest Economies for 2019 and 2020

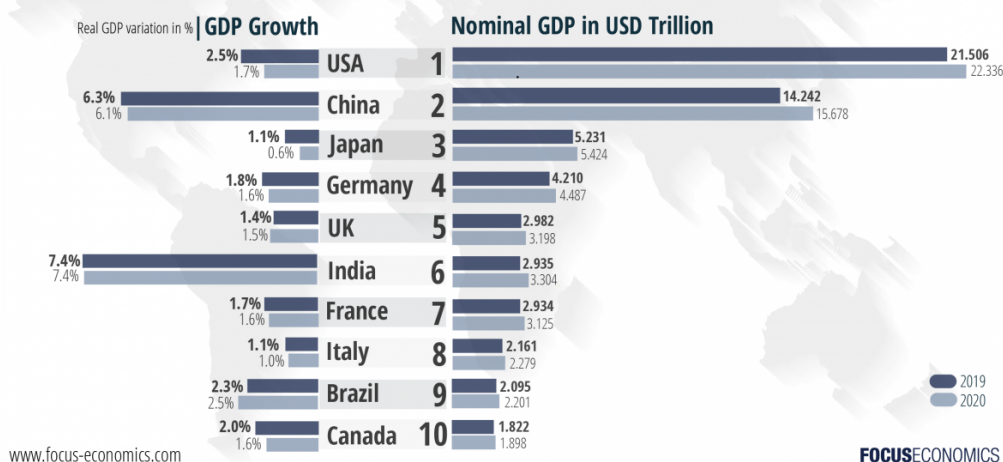


Fig. 3. As maiores economias mundiais entre 2019 e 2020, Focus Economics.

Além disso, tem-se os fatores geográfico e cultural, citados anteriormente: é consideravelmente mais fácil se relacionar com um país vizinho, com uma formação histórica semelhante a sua, do que com um do outro lado do mundo, cujo passado difere por completo do seu. Portanto, todos esses aspectos podem ser observados como grandes influenciadores do sistema internacional atual, com ênfase nas disparidades entre as regiões aqui abordadas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como foco a atual relação entre Estados Unidos da América e Rússia, utilizando-se também da análise de outros países relacionados a ambos com a intenção de buscar um melhor entendimento de sua situação geopolítica no presente. Embora a hipótese inicial fosse a repetição de conflitos semelhantes aos da guerra fria, observou-se que a tensão entre ambos os Estados tem, como uma de suas principais causas, a divergência entre interesses.

Por outro lado, conforme visto, os muros enquanto fenômenos da atualidade possuem no campo do simbólico facetas ainda não completamente evidenciadas política e socialmente. Assim, os muros representam, no campo do simbólico, a reafirmação da ideia de soberania e de força do Estado, bem como como representam e estabelecem diferenças entre o “nós” e os “outros”, através do medo, da violência e da separação. O real e o simbólico estão representados neste fenômeno novo que cria e amplifica geopolíticas entre muros.

O passado conflituoso pode ser cogitado como uma das razões para a rivalidade entre EUA e Rússia, mas ao longo dos estudos acerca do tema, se torna evidente a busca individual pelo resseguro da posição como grande potência e da consolidação dos interesses nacionais, como o enorme poder econômico dos Estados Unidos ou o grande poderio militar russo.

De um lado, a Rússia busca retomar seu status de importância no cenário internacional, se utilizando de alianças de extrema importância. De outro, a economia estadunidense perde cada vez mais espaço na economia mundial em razão do maior aliado russo: a China. Por conseguinte, cada Estado opta pelas alternativas que melhor lhe servirão, mesmo que signifique ir contra a opinião de outro. Um exemplo claro abordado no artigo é a dicotomia de opiniões relacionadas à Crise da Ucrânia, onde a Rússia tem interesse na anexação da Crimeia, dado seu aumento territorial e o acesso ao mar, e os EUA procuram defender a soberania estatal da Ucrânia, que solicitou a ajuda da Organização das Nações Unidas.

Através dos estudos realizados, é possível afirmar que o principal motivo por trás da atual “inimizade” entre ambos os países tem como base a divergência de interesses, geralmente de cunho geopolítico. Consequentemente, isso se reflete nos blocos econômicos e no sistema internacional, dadas as diferenças entre as decisões políticas das duas potências e seu poder de influência. Portanto, levando em consideração a possibilidade de agravamento na deterioração dessa relação e o poderio militar dos Estados envolvidos, o caminho para a solução está no uso constante da diplomacia, buscando estabelecer medidas que sejam do interesse de ambas as potências.

## REFERÊNCIAS

- BROWN, Wendy. **Walled states, waning sovereignty**. MIT Press: EUA. 2010.
- CASTELLS, Manuel. Ruptura. A crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- HABERMAS, Jurgen. O ocidente dividido. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- HAESBAERT, Rogério. **Da multiterritorialidade aos novos muros: paradoxos da desterritorialização contemporânea**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.  
Disponível em  
<[http://www.posgeo.uff.br/sites/default/files/da\\_multiterritorialidade\\_aos\\_novos\\_muros.pdf](http://www.posgeo.uff.br/sites/default/files/da_multiterritorialidade_aos_novos_muros.pdf)>.  
Acesso em 11 jun. 2019.
- HANSON, Philip. **The Rise And Fall of the Soviet Economy: An Economic History of the USSR from 1945**. New York: Routledge, 2014.

- HOBBSAWN, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.
- KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: a abordagem adaptativa indireta com vistas à troca de regime**. Moscou: Institute for Strategic Studies and Predictions PFUR, 2015.
- MACKINDER, Halford John. **The Geographical Pivot of History**. London: The Geographical Journal, vol. 23, n. 4, p. 421-437, 1904.
- MOISI, Dominique. **A geopolítica das emoções**. Rio de Janeiro: Elsevier Ed., 2009.
- POMERANZ, Lenina. **A Queda do Muro de Berlim: Reflexões vinte anos depois**. São Paulo: Revista USP, n. 84, p. 14-23, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: Reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- SZARY, Anne-Laure Amilhat. Murs et barrières de sécurité: pourquoi démarquer les frontières dans un monde dématérialisé?. C. Ghorra Gobi. Dictionnaire des mondializations (2ème édition augmentée), Armand Colin, pp. 447-451, 2012.
- TANNER, Ashley Nicole. **A new cold war? A resurgent Russia and the implications for regional and global security**. Tese (Mestrado em Security Studies) – College of Graduate Studies, Angelo State University, EUA, 2016.
- TAYLOR, Frederick. **The Berlin Wall: A World Divided, 1961 – 1989**. New York: Harper Perennial, 2008.
- VALLET, Elisabeth. **Borders, Fences and Walls - State of Insecurity?** Canadá: Routledge, 2014.
- ZOLO, Danilo. **Globalização: Um mapa dos problemas**. Rio de Janeiro: Conceito Editorial, 2010.